

Mudança de Papel em Uma Sociedade em Transformação



*Mulher de Carreira
(Cortesia de AFLO)*

Em Direção a Uma Sociedade com Igualdade de Gênero

Em dezembro de 1996, o governo japonês preparou o Plano para Igualdade de Gênero 2000, que levou à aprovação da Lei Básica para uma Sociedade com Igualdade de Gênero em 1999. Os cinco princípios básicos abrangidos por essa lei são: respeito aos direitos humanos de homens e mulheres, consideração aos sistemas ou práticas sociais, participação conjunta no planejamento e formulação de políticas, compatibilidade entre as atividades no âmbito familiar e em outras atividades, e cooperação internacional.

Baseado nas provisões da lei de 1999, o Plano Básico para Igualdade de Gênero foi aprovado pelo Gabinete em dezembro de 2000. Esse plano possui 11 objetivos prioritários listados a seguir: expandir a participação das mulheres no processo decisório e de formulação de políticas, rever os sistemas e práticas sociais e promover a conscientização a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero, garantir igualdade de tratamento e de oportunidade no mercado de trabalho, estabelecer a igualdade de gênero nas áreas rurais, apoiar os esforços de homens e mulheres para conciliar o trabalho com a vida familiar e comunitária, criar condições que permitam aos idosos viver com tranquilidade, eliminar todas as formas de violência contra a mulher, apoiar a saúde ao longo da vida para mulheres, respeitar os direitos humanos femininos na mídia, melhorar a educação e a aprendizagem que promovem a igualdade de gênero e facilitam a diversidade de escolha, e contribuir para a "igualdade, desenvolvimento e paz" da comunidade global.

Como resultado da reorganização do governo central implementada em janeiro de 2001, foi criado o Gabinete do Governo, sendo que o Conselho para a Igualdade de Gênero e a Secretaria para a Igualdade de Gênero foram alocados dentro dele. Como um dos quatro maiores conselhos dentro do Gabinete de Governo, o Conselho para Igualdade de Gênero analisa e discute políticas básicas e outras questões importantes sobre igualdade de gênero, monitora o progresso em alcançar a igualdade de gênero e pesquisa o impacto das políticas governamentais no processo de promoção da igualdade de gênero. A Secretaria para Igualdade de Gênero serve como o secretariado do Conselho. É comandada com a formulação e a coordenação geral de planos para questões relacionadas à promoção da formação de uma sociedade com igualdade de gênero, bem como a promoção do Plano Básico para a Igualdade de Gênero e de planos de formulação e implementação para questões que não estão sob a jurisdição de nenhum outro ministério em particular.

Todo ano, mais vozes são ouvidas chamando pela participação das mulheres no governo e na política. Assim, o Governo adotou uma política de aumento do número de membros do sexo feminino nos conselhos e comissões governamentais.

Condição de Trabalho das Mulheres

A Lei de Oportunidades Iguais de Emprego para Homens e Mulheres, que entrou em vigor em abril de 1986, foi revisada em junho de 1997 visando acelerar as medidas de combate à discriminação entre homens e mulheres. As provisões revisadas, implementadas em 1999, proíbem discriminação de gênero nos recrutamentos de trabalho, emprego, alocação para postos específicos e progressão de carreira; elas também tornam os empregadores responsáveis pela prevenção de assédio sexual. Essas revisões apontam principalmente em direção a colocar responsabilidade, muito mais clara, pelos casos de discriminações de gêneros, nos empregadores.

Em conjunto com a revisão da Lei de Oportunidades Iguais de Emprego para Homens e Mulheres, a Lei das Normas de Trabalho foi revisada de maneira a remover as restrições especiais nos trabalhos feitos pelas mulheres durante os feriados, madrugada e durante outras ocasiões fora do período regular de trabalho. Essa revisão ressaltou a ideia de que dar tratamento especial às mulheres é um tipo de discriminação de gênero. Apesar de que as condições de trabalho para homens e mulheres foram, assim, equalizadas, existem inúmeras alegações de que mulheres, em sua maioria, ainda são responsáveis pelo serviço doméstico e pela criação dos filhos. O desaparecimento das regulações que davam proteção especial às mulheres pode, portanto, aumentar, ao invés de aliviar, os encargos sociais que as mulheres carregam.

Em 2012, 48,2% de todas as pessoas empregadas em todos os tipos de indústria no Japão eram mulheres. Em 1975, a porcentagem correspondente foi de 32,0%, após o qual mais e mais mulheres encontraram emprego, especialmente nas indústrias de serviços e alimentos, lojas de atacado e varejo, e manufaturas de equipamentos elétricos.

Mais de uma década de estagnação econômica no Japão levou as companhias a diminuírem a contratação de recém-graduados nas universidades, criando um ambiente difícil para mulheres e homens jovens que procuram emprego. A taxa de emprego de universitários recém-graduados foi quase igual em 2011, com 91,1% dos homens e 90,9% das mulheres conseguindo emprego.

Entretanto, o cenário positivo que essa pequena diferença traz é atenuado pelo fato de que a maioria das mulheres recém-graduadas aceitam trabalhos de meio período, e o fato de que, enquanto muitas empresas realizam reuniões de apresentação à companhia sem qualquer tipo de restrição, além de outras atividades de recrutamento nos quais universitárias participam, essas empresas nem sempre oferecem, na prática, oportunidades de emprego adequadas e iguais para mulheres. A realidade revela que a maioria das mulheres sente uma barreira invisível, ainda a ser quebrada. Espera-se que a revisão de 1997 da Lei de Oportunidades Iguais de Emprego para Homens e Mulheres continue a ter impacto positivo nessa situação.

Desde a metade da década de 1990, a porcentagem de homens e mulheres em empregos de meio período ou horários irregulares entre os trabalhadores remunerados aumentou consideravelmente, de aproximadamente 20,0%, em 1996, para 34,4% em 2011. A desregulamentação acelerou essa tendência ao aumentar a variedade de empregos nos quais as companhias podem usar trabalhadores temporários ao invés de empregados regulares.

Desde 1980, a porcentagem de domicílios onde tanto o marido quanto a esposa têm emprego cresce gradualmente. Com exceção dos anos de 1995 e 1996, desde 1992 o número de famílias com dois salários excedeu o das famílias nas quais somente o homem tem emprego, e a diferença entre as duas categorias tem aumentado em anos recentes.



Jovens universitárias
(Foto cortesia de Getty Images)

Uma Sociedade em Envelhecimento

O aumento na média de idade em que se casam, tanto para homens quanto para mulheres, e o aumento no número de pessoas que continuam solteiras são grandes fatores por trás do declínio da taxa de natalidade. A relutância das mulheres empregadas em ter filhos devido à inadequação dos sistemas públicos que poderiam ajudar a compatibilizar manter um emprego com a criação dos filhos, também é um fator que contribui. Um estudo do Ministério da Saúde, Emprego e Bem Estar descobriu que, enquanto mais de 70% das mães entrevistadas trabalhavam um ano antes de terem o primeiro filho, seis meses após o nascimento mais de 70% não trabalhavam mais. Somada à falta de empregos desejáveis, outra barreira para as mães que gostariam de trabalhar fora de casa é a de que homens ainda participam relativamente pouco das tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos. Isso pode ser em parte atribuído às atitudes profundamente enraizadas de que trabalhos domésticos e criação dos filhos são “trabalhos de mulher”, mas outra parte do problema é que cada vez mais e mais homens – especialmente entre o grupo que se encontra na idade entre 25 e 40 anos, que tem maior possibilidade de ter filhos pequenos – trabalham em jornadas cada vez mais longas de horas extras.

O Governo considera que o declínio da taxa de natalidade requer atenção urgente, e, em 1991, aprovou a Lei de Assistência à Criança, que estipula que os empregadores não podem recusar os pedidos de folga dos horários regulares de trabalho de homens e mulheres para cuidar dos filhos menores de um ano de idade.

Posteriormente revisada inúmeras vezes, a lei agora permite que as pessoas que atendam determinados critérios possam tirar licença para cuidar dos filhos até que a criança tenha um ano e meio de idade. Também existem provisões permitindo que os pais de uma criança com idade menor do que a necessária para entrar na escola primária possam tirar até cinco dias de folga para cuidar da criança caso ela esteja doente ou machucada.

Além da queda na taxa de natalidade, outro fator por trás do envelhecimento da sociedade é o aumento da expectativa de vida. Com 86,39 anos para as mulheres e 79.64 para os homens (dados de 2010), o Japão possui a maior expectativa de vida no mundo. As mulheres constituem pouco menos de 60% da população acima de 65 anos e mais de 70% da população acima de 85 anos. Para ajudar no cuidado da crescente população de idosos, foi implementado, em 2000, um sistema de seguro de cuidados de longo prazo.

Quando a assistência aos parentes idosos é prestada no âmbito doméstico, o maior ônus geralmente recai sobre a mulher, tenha ela um trabalho ou não. Atendendo às necessidades dos trabalhadores que se encontram nessa situação, foram adicionadas à Lei de Assistência à Criança, em 1995, provisões para tirar licença para prestar assistência familiar, a renomeando Lei sobre Licença para Assistência à Criança e à Família. Essa revisão, que entrou em pleno vigor em 1999, permite que trabalhadores tirem licença de seus empregos por determinados períodos de tempo para ajudarem seu cônjuge, pais, criança na idade pré-escolar ou os pais do cônjuge.

Uma Era com Menos Casamentos

No Japão, a porcentagem de mulheres que continuam sua educação formal depois do Ensino Médio é muito alta. Em 2012, 54,8% das mulheres e 54,8% dos homens entraram na universidade ou em faculdades. Um número crescente de mulheres deseja trabalhar em bases iguais às dos homens após graduação em uma instituição de ensino superior. Como consequência, o conceito do casamento como o objetivo de vida das mulheres está menos comum que no passado. De acordo com um estudo do Instituto Nacional de Pesquisa sobre População e Seguridade Social, homens e mulheres solteiros acreditam fortemente que o casamento resultaria na restrição de suas ações, estilo de vida e no relacionamento com os amigos, e que também traria os fardos psicológicos que envolvem ter de sustentar uma família. Consequentemente, um número cada vez maior de pessoas tem optado por casar mais tarde ou permanecer solteiro durante sua vida.

Em 1980, a porcentagem daqueles que permaneciam sem casar na faixa etária entre 25 e 29 nos era de 55,1% para os homens e 24% para as mulheres. Até 2005, essas porcentagens subiram para 72,6% para os homens e 59,9% para as mulheres. Um relatório do Instituto Nacional de Pesquisa sobre População e Seguridade Social estima que, entre as mulheres que estão abaixo dos 16 anos hoje, uma em cada 7 vai permanecer solteira durante toda a vida.

Em 2010, a média etária para o primeiro casamento era de 28.8 anos para as mulheres e 30.5 anos para os homens. Outra indicação das mudanças na tradição que estão ocorrendo no Japão é o aumento da taxa de divórcio. A taxa de divórcio para cada 1.000 pessoas aumentou de 1.22 em 1980 para 1.87 em 2011.

Em Direção a Uma Vida Profissional Balanceada

Enquanto isso, a conscientização entre os homens também está mudando. No passado, muitos homens eram focados em sua carreira para sustentar suas famílias e deixavam o trabalho doméstico e a criação dos filhos para suas esposas, mas agora cada vez mais homens estão comprometidos a passar mais tempo com suas famílias. Mais ainda, com as mudanças nos modos de emprego, famílias com duas fontes de renda são maioria entre as famílias em que o chefe de família é um empregado de companhia.

Uma tendência surgiu dentro da sociedade para fornecer suporte ao crescente número de homens que, de acordo com essas mudanças, estão ajudando com as tarefas domésticas como cozinhar e desempenhar um papel ativo na criação dos filhos. Mais companhias estão encorajando seus funcionários do sexo masculino a tirarem licença paternidade e os governos das províncias estão oferecendo cursos de como ser pai para os homens, bem como em tópicos como a preparação mental para cuidar de uma criança.